

# **CROWN PIER – CORRETORES DE SEGUROS, LDA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013**

# CROWN PIER CORRETORES DE SEGUROS, LDA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		
	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados		23 002,49	31 476,01
Subsídios à Exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		14 274,60	23 959,50
Gastos com o pessoal		2 862,95	1 535,47
Imparidades (perdas/ reversões)			
Provisões (aumentos/ reduções)			
Outros rendimentos e ganhos		10,50	1 039,90
Outros gastos e perdas		804,26	642,15
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5 071,18</b>	<b>6 378,79</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		0,00	349,33
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5 071,18</b>	<b>6 029,46</b>
Gasto líquido de financiamento		1 513,83	1 678,04
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3 557,35</b>	<b>4 351,42</b>
Imposto sobre o rendimento do período		571,05	1 625,33
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 986,30</b>	<b>2 726,09</b>

A Gerência

# CROWN PIER CORRETORES DE SEGUROS, LDA

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	PERÍODOS		
	NOTAS	2013	2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		656,62	656,62
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros			
Accionistas/ sócios		0,00	
		<b>656,62</b>	<b>656,62</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		1 963,46	1 963,46
Estado e outros entes públicos		718,18	0,00
Diferimentos		146,76	0,00
Activos financeiros detidos para venda			25 000,00
Outros activos correntes		52 427,78	24 926,36
Caixa e depósitos bancários		25 732,92	16 803,00
		<b>80 989,10</b>	<b>68 692,82</b>
<b>Total do activo</b>		<b>81 645,72</b>	<b>69 349,44</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado		50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Reservas legais		312,00	312,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		(19 451,74)	(22 177,83)
Outras variações no capital próprio			
		<b>30 860,26</b>	<b>28 134,17</b>
Resultado líquido do período		2 986,30	2 726,09
<b>Total do capital próprio</b>		<b>33 846,56</b>	<b>30 860,26</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		9 366,04	0,00
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		<b>9 366,04</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores		0,00	0,00
Adiantamento de clientes		0,00	
Estado e outros entes públicos		3 130,58	1 114,75
Financiamentos obtidos		3 660,03	17 212,60
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		31 642,51	20 161,83
		<b>38 433,12</b>	<b>38 489,18</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>47 799,16</b>	<b>38 489,18</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>81 645,72</b>	<b>69 349,44</b>

A Gerência

**CROWN PIER CORRETORES DE SEGUROS, LDA**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(montantes expressos em euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Reservas	Excedentes de Valorização	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2013	50 000,00	0,00	312,00	-22 177,83	0,00	0,00	2 726,09	30 860,26
Alterações no período								
Reconhecimento dos subsídios								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	2 726,09	0,00		-2 726,09	0,00
	0,00	0,00	0,00	2 726,09	0,00	0,00	-2 726,09	0,00
Resultado líquido do período							2 986,30	2 986,30
Resultado Integral							0,00	2 986,30
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital	0,00							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2013	50 000,00	0,00	312,00	-19 451,74	0,00	0,00	2 986,30	33 846,56

**CROWN PIER CORRETORES DE SEGUROS, LDA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	<b>2013</b>
<b>Actividades operacionais</b>	
Recebimento de Clientes	23 002
Pagamentos a Fornecedores	-8 260
Pagamentos ao Pessoal	-2 168
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>12 574</b>
Pag./receb. estado e outros entes públicos	
Outros pag. e receb. Relativos à actividade operacional	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>0</b>
Pag. e receb. Relacionados com rubricas extraordinárias	
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>12 574</b>
<b>Actividades de investimento</b>	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	
Investimentos Financeiros	
Imobilizações Corpóreas	
Imobilizações Incorpóreas	
Subsídios de Investimento	
Juros e Proveitos Similares	
Dividendos	
Outros	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	
Investimentos Financeiros	
Imobilizações Corpóreas	
Imobilizações Incorpóreas	
Imobilizações em Curso	
Outros	
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>0</b>
<b>Actividades de financiamento</b>	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>	
Empréstimos obtidos	
Aumentos de capital, prestações suplementares	
Venda de acções (quotas) próprias	
Outros	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	
Empréstimos obtidos	-3 660
Amortização contratos de locação financeira	
Juros e custos similares	
Dividendos	
Aquisição acções (quotas) próprias	
Outros	
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-3 660</b>
Variação de Caixa e seus equivalentes	8 914
Efeito das Diferenças de Câmbio	
Caixa e equivalentes no início do período	16 819
Caixa e equivalentes no fim do período	25 733

**CROWN PIER – CORRETORES DE SEGUROS, LDA**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2013

## **CROWN PIER – CORRETORES DE SEGUROS, LDA**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(*Montantes expressos em euros*)

### **Nota 1 – Identificação**

CROWN PIER – CORRETORES DE SEGUROS, LDA tem por a mediação de seguros. Tem a sede em Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva 508 797 390, com o capital social de cinquenta mil euros.

### **Nota 2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiros (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto.

Não foi derogada nenhuma das disposições do SNC . Todas as contas apresentadas no Balanço e na Demonstração de Resultados são comparáveis com as do período anterior.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa àquela data. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que

não dão lugar a ajustamentos"), quando relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 01 de Março de 2011.

Os efeitos, no balanço a 31 de Dezembro de 2010, derivados da transposição das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, têm o seguinte detalhe:

## **CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

### **Capital próprio**

Capital realizado a 31 de Dezembro de 2013 era de 50.000 euros

## **Nota 3 – Principais políticas contabilísticas**

### **3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com os Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### **i) Activos fixos tangíveis**

Os activos tangíveis estão registados ao seu custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações. Este método não foi alterado na transição do relato segundo os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites – PCGA – para as Normas Contabilísticas e do Relato Financeiro – NCRF.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta, em conformidade com

o período de vida útil estimada para cada bem, em sistema de duodécimos, por contrapartida dos resultados.

As taxas de depreciação aplicadas a cada grupo correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

#### **ii) Activos fixos intangíveis**

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada activo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

#### **iii) Inventários**

As mercadorias são registadas ao custo de aquisição, deduzido de eventuais descontos obtidos. Eventuais diferenças para menos entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, são registadas como gastos na conta de custo de vendas.

#### **iv) Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e as outras contas a receber estão mensuradas ao custo. Ambas estão registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é imaterial.

#### **v) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo, estando ambas registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto não é material.

#### **vi) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na conta de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores imediatamente realizáveis.

#### **vii) Periodizações**

As transacções são reconhecidas no período em que são geradas, independentemente do período em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e os pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas *Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos*.

#### **viii) Imparidades**

Os activos financeiros são analisados à data do balanço para verificação da existência de indício de perdas de imparidade.

Os activos financeiros encontram-se em situação de imparidade quando exista evidência objectiva que, em consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos activos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afectados.

#### **ix) Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, pela prestação de serviços e pela venda de equipamentos. O rédito de juros é reconhecido pelo justo valor do montante recebido e é utilizado o método do juro efectivo no reconhecimento do acréscimo de rendimentos para juros a receber.

#### **x) Benefícios de empregados**

Os benefícios a empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras remunerações não contratualizadas mas atribuídas, a qualquer título, por decisão da administração.

De acordo com a legislação laboral portuguesa, o direito a férias e subsídio de férias vencem-se no dia 31 de Dezembro de cada período, sendo pagos no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como

benefícios no período a que dizem respeito.

#### **xi) Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, quando seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante daquela possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

#### **xii) Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre o rendimento registados na demonstração dos resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes considerados para efeitos de tributação, bem como a reduções futuras de impostos resultantes de benefícios fiscais obtidos.

Aqueles impostos são reconhecidos no Activo e no Passivo da Empresa nas rubricas de “Activos por impostos diferidos” e de “Passivos por impostos diferidos”, respectivamente, por contrapartida da demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados no Capital Próprio, facto que implica o seu reconhecimento directo nesta classe.

Os activos e passivos por impostos diferidos são anualmente reavaliados e recalculados com base nas taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão dos mesmos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os

activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para utilizar aqueles activos no prazo legal definido para o efeito.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

A Administração da sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

#### **Nota 4 – Gestão de riscos financeiros**

O objectivo principal da gestão de riscos financeiros é o de reduzir eventuais impactos negativos nos resultados da empresa decorrentes de tais riscos, nomeadamente o risco de preço, o risco de crédito e o risco de liquidez.

##### **i) Risco de preço**

Está exposta a variações de preço de compras, uma vez que as aquisições de mercadorias que efectua estão afectas a projectos firmados.

##### **ii) Risco de crédito**

As vendas são efectuadas a clientes relativamente aos quais é efectuada uma adequada análise de crédito.

##### **iii) Risco de liquidez**

Existe risco de liquidez devido ao prazo de pagamento que normalmente existe neste tipo de actividade.

#### **Nota 5 – Fluxos de caixa**

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método directo, a partir dos quais se dá informação sobre os principais pagamentos e recebimentos, obtidos através dos registos contabilísticos da sociedade.

Desagregação das componentes da conta de Caixa e depósitos bancários:

#### **Nota 6 – Activos fixos tangíveis**

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações, as quais foram calculadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram fixadas de acordo com o período expectável de afectação à actividade.

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	210,00	-	-	-	210,00
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	692,89	-	-	-	692,89
Outros activos fixos tangíveis	921,89	-	-	-	921,89
	<u>1 824,78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 824,78</u>

#### **Nota 7 – Activos fixos Intangíveis**

Não tem activos fixos intangíveis.

#### **Nota 26 – Divulgações exigidas por diploma legais**

- i) Não existem dívidas nem quaisquer acordos de regularização com a segurança Social.
- ii) Não existem dívidas nem quaisquer acordos de regularização de dívidas com a Fazenda Pública

## Diplomas Legais – Relato Financeiro

### Norma ISP nº 15/ 2009

#### PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Alínea a) Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações:

As comissões auferidas das Seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios.

Alínea b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza  
O total de remunerações corresponde a comissões e são recebidas em numerário

Alínea c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregado por Ramo Vida e Não Vida e por origem

<b>SEGURADORAS</b>	<b>VIDA</b>	<b>%</b>	<b>NÃO VIDA</b>	<b>%</b>
Açoreana	87,16	0,30%	9.440,56	41,07%
Allianz			1.555,72	6,73%
Tranquilidade	40,57	0,17%	3.831,67	16,69%
Zurich			40,51	0,19%
Axa	46,35	0,20%	852,95	3,72%
Vitoria				
Fidelidade			562,52	2,46%
Lusitânia			4.069,62	17,71%
Real Vida	504,27	2,19%		
April	1.638,76	7,14%		
Liberty			53,37	0,22%

Mapfre	6,12	0,00%	272,34	1,21%
<b>TOTAIS</b>	<b>2.323,23</b>	<b>10,00%</b>	<b>20.679,26</b>	<b>90,00%</b>

Alínea d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, iguais a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Verificação destes elementos na alínea c)

Alínea e) Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros.

Saldo inicial 01.01.2013

Cientes	1.963
Outros Credores	-8.256
	<b>-8140</b>

Comissões auferidas 23.002,49

Pagamentos efetuados às companhias 34.422,62

Saldo final 31.12.2013

Cientes	380,80
Outros Credores	-6.945,53

Alínea f) contas a receber e a pagar desagregadas por origem:

<b>Por entidade</b>	<b>Contas a receber</b>	<b>Contas a pagar</b>
Tomadores de seguro, segurados/ benef.	380,80	6.945,53
Empresas de seguros		
Empresas de resseguros		

Outros

Alínea g) indicação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber clientes	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res) seguro	380,80	6.945,53

Outras quantias

Alínea h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato

A idade das contas a receber vencidas em 31 de Dezembro de 2013 é inferior a 365 dias.

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

